

Sobre as teorias da mudança social

Pela primeira vez na História da humanidade um mesmo conjunto de influências - os efeitos da industrialização e da urbanização - afecta todas as sociedades. Talvez por isso se tenha assistido desde o após-guerra à produção de um conjunto não homogéneo e consideravelmente numeroso de "teorias da mudança social". No entanto, a impressão generalizada que hoje prevalece sobre as teorias da mudança social é do seu fracasso: a sua reduzida capacidade de predição, a sua tendência à construção de representações redutoras e simplificadoras dos sistemas sociais e o facto de à maioria das suas regularidades macroscópicas apenas se poder atribuir uma validade local são as causas daquele sentimento (Boudon, 1985).

Para aquela situação de cepticismo e para a desordem(!), pelo menos aparente, reinante no estudo da mudança social parece contribuir activamente a ausência de diferenciação entre as teorias *strito sensu*, no sentido popperiano do termo, e os "quadros formais" utilizados como modelos de intelegibilidade do real. Enquanto categorias epistemológicas diferentes esses modelos ou "teorias formais" - entre os quais e apenas para citar dois exemplos já atrás referenciados, se situam o paradigma da análise funcional, de Merton e a "teoria da diferenciação" de Parsons - possuem uma grande capacidade analítica exigindo, no entanto, que não se confronte a forma com a realidade. (Boudon, 1985; Merton, 1953.) Como Boudon expressamente afirma:

"Não podemos construir teorias da mudança social *strito sensu* [...] que a propósito de processos sociais parciais e locais, datados e situados. As teorias da mudança social com pretensões generalizantes devem ser consideradas [...] como teorias formais e enquanto tais directamente inaplicáveis à realidade, mas propondo uma linguagem, ou descrevendo casos idealizados que podem ser úteis à análise de certos processos (Boudon, 1985:219)."

Não obstante as dificuldades atrás citadas as teorias e a própria noção de mudança social afirmam a existência de uma orientação de investigação e de reflexão original, profundamente assente na tradição sociológica. A análise crítica deste percurso em que o cepticismo de uns é acompanhado de novas contribuições de outros é apresentado por Raymond Boudon, em *La Place du Desordre* (1985), julgando-se desnecessário a sua repetição.

Assim, o conceito de mudança social aqui utilizado reflecte esta situação e visa fundamentalmente definir um instrumento funcional adequado à análise da lógica da mudança de sistemas de dimensões restritas. Dito de modo mais explícito, a mudança social refere-se às transformações significativas da estrutura de um determinado sistema social num dado período de tempo.

Tal como é aqui proposta, a análise da mudança social pressupõe a indispensabilidade da compreensão dos “mecanismos de persistência e fixação” (Nisbet, 1979), considerada esta como essencial ao entendimento da lógica da própria mudança. Mas se a importância da distinção, “entre os elementos que mudam e aqueles que não mudam, dentro dos limites de tempo e de dimensão”, foi enfatizada por Parsons (*A Functional Theory of Social Change*, cit., Barel, 1973 p.253) é menos comum considerar-se que a unidade de postos persistência e mudança resulta de um mesmo processo. O conceito de reprodução social, tal como formulado por Yves Barel, e aqui utilizado como noção operatória, viabiliza uma análise global da mudança dos sistemas sociais integrando numa mesma unidade a noção de persistência e de mudança.

É importante começar por recordar que qualquer sistema pode ser sempre perspectivado como um subsistema de outro que pelas suas características assume a condição de metasistema - é o caso da família, que pode ser considerada, para efeitos de análise, quer como sistema quer como subsistema da sociedade, entendida esta por sistema global e auto-suficiente. Esta concepção de sistema social em que o “meio” é constituído por sistemas sociais mais vastos ou metassistemas conduz à ideia de hierarquia de sistemas.

A noção de hierarquia é todavia ambígua. As relações parte-totalidade não são susceptíveis de serem expressas univocamente, revestindo pelo contrário formas múltiplas. A hierarquização de uma sociedade, por exemplo, pode ser expressa em termos de uma multiplicidade de critérios (tempo, espaço, complexidade, dominação, etc.) gerando, obviamente, uma multiplicidade de hierarquias que podem ainda surgir mesmo a partir do recurso a um único critério. Ao critério “dominação”, por exemplo, podem corresponder múltiplas hierarquias como, por exemplo, a religiosa, a económica, a política, etc. Note-se ainda que as hierarquias não definem realidades estanques, verificando-se a sua sobreposição relativamente a elementos, subsistemas e sistemas de níveis iguais ou diferentes!

O conceito de hierarquia pode ser complementado pela noção de autonomia funcional, formulado por Alvin Gouldner (1979), com vantagens operatórias evidentes. Para este autor, as partes componentes de um sistema definem entre si graus diferentes de dependência a tal ponto que é possível prefigurar dois casos extremos, num dos quais todas as necessidades dos elementos seriam satisfeitas no interior do sistema enquanto no outro os elementos teriam um nível muito baixo de satisfação. A interdependência não é assim considerada como uma relação ao mesmo nível daí resultando que a reciprocidade funcional entre os elementos de um sistema pode não ser simétrica. Cada componente é assim considerado como gozando de um nível diferente de autonomia, o que permite afirmar que a autonomia funcional de um elemento se refere, portanto, ao seu grau ou nível de dependência e à probabilidade de sobreviver à sua separação do sistema.

É agora possível retomar a análise da reprodução. Esta noção não corresponde a um fenómeno unívoco traduzindo, pelo contrário, uma realidade complexa, incluindo a “produção”, a regeneração e a multiplicação de objectos, tomando este vocábulo no seu sentido mais lato. Como diz Barel, entre estes significados, na aparência diferentes, existe

uma ligação profunda traduzida pelo facto de a reprodução ser sempre “um acto de *assimilação*, quer dizer de troca específica entre um sistema e o seu meio”. A reprodução não é, assim, a não ser excepcionalmente, a “reprodução” de um objecto ou sistema isolado uma vez que tal como se falou em hierarquias de sistemas se devem considerar hierarquias de reprodução a tal ponto que, de um forma simplificada, se pode dizer que a reprodução de um sistema significa sempre a reprodução de um metasistema. Deste modo, e como conceito, a reprodução é a “representação de um processo multiforme” que pode ser designado por outros termos “consoante o aspecto do processo sobre o qual nos debruçamos: crescimento, evolução, adaptação, diferenciação, assimilação, etc.” (Barel, 1973, p.153-154).

O conceito de reprodução surge frequentemente ligado à ideia de “sobrevivência” dos sistemas sociais, termo ao qual se deve retirar, no entanto, qualquer conotação trágica e que indica apenas o conjunto das condições mínimas de existência normal do sistema, ou seja do seu crescimento (Barel, 1973; Parsons, 1982). Esta identificação é, no entanto, redutora da análise ao fazer da sobrevivência o único objectivo real do sistema. No intuito de ultrapassar esta dificuldade Amitai Etzioni opôs ao “modelo de sobrevivência”, vulgarmente utilizado pelos funcionalistas um “modelo de eficiência” no qual o sistema é apresentado como definido, entre os seus elementos, uma configuração de inter-relações que o tornam mais eficiente para a realização de um objectivo determinado (Etzioni, 1967).

Para Etzioni, o modelo de eficiência permite obviar o inconveniente de uma análise cuja preocupação se centra na satisfação das exigências funcionais do sistema e por isso é menos habilitada ao registo e compreensão de mudanças significativas. No entanto, ainda aqui a análise ignora que não faz sentido afirmar que um sistema social pretenda assegurar a sua sobrevivência sob quaisquer condições como, pelo menos implicitamente, se pode retirar da proposta de Etzioni. Esta dificuldade deve-se basicamente ao facto de a sua análise se situar a um nível elevado de abstracção negando que a sobrevivência se refere sempre a um sistema social específico e determinado. Com efeito, e como resulta da noção de autonomia funcional, face a uma situação determinada um elemento de um sistema pode querer subtrair-se à sua autoridade o que conduziria à sua destruição, ou empreender a sua reorganização, de modo a assegurar um maior nível de satisfação das suas necessidades, colocando-as a um nível superior das prioridades definidas pelo sistema (Gouldner, 1979).

Se a introdução da ideia de especificidade do sistema social nos coloca perante o que Yves Barel designa por “contradição lógica da sobrevivência em geral” (1973, p.158) uma segunda contradição está implícita na própria noção de autonomia funcional.

Com efeito, a autonomia funcional só é possível a partir do momento em que se aceite que cada elemento do sistema possui sempre uma “porção maior de cultura que a necessária para desempenhar a sua função sistémica” (Gouldner, 1979, p.208) o que corresponde à ideia de que os sistemas sociais particulares (ou subsistemas) reproduzem parcialmente os traços peculiares dos sistemas globais e que estes reproduzem, parcialmente, os traços específicos daqueles. Assim, e como já houve ocasião de referir, a reprodução de um sistema não corresponde a um fenómeno isolado. Pelo contrário, é precisamente por surgir acompanhada ou realizar-se através dos processos de diferenciação, de hierarquização e de emergência de novos níveis que assume, desde a sua origem, um carácter contraditório. É facilmente constatável que se a diferenciação e a hierarquiza-

zação são necessárias “à manutenção de uma totalidade elas constituem, ao mesmo tempo, uma ameaça potencial à manutenção dessa totalidade” (Barel, 1973, p.215).

A natureza contraditória do processo de mudança é, assim, um facto evidente. Evidente também é a existência simultânea da persistência e da mudança. A dificuldade reside, como se referiu, em compreender que essa dupla existência é o resultado de um processo unitário.

A ideia de persistência evoca a de constância, de permanência ou, ainda, a de invariância, quer dizer, de elementos que não sofram modificações, daí que seja frequentemente assimilada aos valores estáveis do sistema, ou seja, à sua estrutura⁵. A noção de persistência ou de invariância, tal como é aqui utilizada, refere-se, no entanto, quer a *objectos*, quer às relações entre *objectos*, associando-se assim à ideia de permanência a de repetição⁶. É importante reter, para uma melhor clarificação da noção de invariância, dois outros aspectos que embora fundamentais escapam por vezes, à atenção do observador. Com efeito, enquanto as transformações são directamente observáveis os elementos invariáveis só se destacam, regra geral, como resultado de um processo de abstracção mais ou menos complexo dificultando assim a sua apreensão. Por outro lado, é necessário ter presente que a invariância é uma noção relativa, define-se sempre relativamente à mudança uma vez que a noção de equilíbrio do sistema é, como afirma Parsons amiúde nas suas obras, um mero ponto de referência teórico, uma noção heurística. Parafraseando Yves Barel, a busca dos invariantes “invariáveis” pertence à metafísica não à análise científica!

Ao nível teórico, como Parsons salienta, não há diferenças entre os processos que servem para manter um sistema e os que servem para o transformar (Parsons, 1974, p.40). É possível conjecturar, por isso, a existência dessa unidade ao nível empírico-concreto quando se observa que o carácter irreversível de uma parte da mudança implica a existência de um *mecanismo de reprodução da mudança*, quer dizer, de uma certa invariância. (Barel, 1973, p.265). A aceitação da ideia da unidade, da invariância e da mudança permite compreender, com recurso ao conceito de reprodução, como num mesmo momento e num mesmo e único processo, é assegurada a permanência de um sistema enquanto se prepara o seu desaparecimento.

A característica fundamental da reprodução social reside, portanto, na unidade da invariância e da mudança, parecendo por isso possível afirmar que todos os sistemas sociais de um ou de outro modo a reflectem. A compreensão do funcionamento de um sistema pressupõe, assim, a capacidade de distinguir os elementos permanentes ou invariantes dos que se modificam. A dificuldade reside, no entanto, no facto já referido de a invariância e a mudança serem *realidades construídas*, obrigando a condução da análise da reprodução ao nível teórico, a tal ponto que a decisão do que é mudança ou, inversamente, do que é permanência depende, *in extremis*, do nível de abstracção e de generalização em que se situar a análise. Apesar destas limitações, e de outras que porventura foram omissas, o conceito de reprodução social afigura-se como um instrumento funcional na análise das relações entre os sistemas globais e os seus subsistemas, em períodos definidos.

Um último aspecto é fundamental reter. Na ausência de uma teoria geral⁷ a análise interaccionista da mudança social, proposta por Raymond Boudon, centrada na identificação de processos de mudança típicos e de eventual valor paradigmático, apesar de menos ambiciosa que algumas grandes teorias vocacionadas para a predição de macromudanças,

surge como uma "direcção de pesquisa eficaz" (Boudon, 1979a.; 1979b.; 1985). A análise interaccionista pressupõe duas características essenciais. A primeira, tem em atenção os instrumentos à disposição do sociólogo e faz situar a análise ao nível de sistemas de interacção de dimensões suficientemente restritas para serem abordados. A segunda refere-se ao facto de se considerar que a mudança social só é inteligível se a análise descer ao nível dos actores sociais mais elementares que compõem os sistemas de interacção observados.

A mudança social é assim fundamentalmente perspectivada como o resultado da interacção de estratégias de múltiplos actores e dos efeitos de agregação dessas acções que podem conduzir a resultados não esperados e mesmo contrários às decisões dos agentes. Não se coloca aqui a preocupação de procurar as "causas" da mudança social, uma vez que se aceita o conselho-advertência de Henri Mendras: "toda a reflexão sobre os fenómenos sociais em termos de causas choca com o paradoxo lógico do ovo e da galinha" (Mendras, 1983:11).

Notas

¹ Como forma particular de estruturação, e apesar da impossibilidade da sua representação, as hierarquias existem de facto e não constituem meros instrumentos analíticos (Barel, 1973, pp.189-190). No mesmo sentido, embora formulada em outros tempos, se poderia referir a hierarquia cibemética dos sistemas sociais de Parsons.

² Traduziu-se por "sobrevivência" o termo inglês "survival".

³ Em Parsons, este problema é colocado em termos de o sistema ter de satisfazer o que designa por pré-requisitos funcionais, indispensáveis para que o "sistema constitua uma ordem persistente e desenvolva um processo de ordenado". (Parsons, 1982, p.35)

⁴ Como Wilbert Moore (1969), para quem cada condição identificada é uma exigência preliminar para o funcionamento do sistema, conduzindo a não satisfação de uma à sua desintegração.

⁵ Esta identificação, justificável em certos casos, deve, no entanto, ser utilizada em termos muito relativos uma vez que a estrutura, apenas em limites de tempo definidos, como diz Parsons, pode ser considerada estável.

⁶ A noção de conservação, utilizada por Piaget, é próxima da ideia de permanência e de invariância. Para Piaget, no entanto, a conservação está ligada à noção de reversibilidade, quer dizer, à aceitação de que todas as modificações são sempre reversíveis. No nosso caso, a mudança social é tida como um processo irreversível considerando-se a reversibilidade como um caso particular de repetição. Sobre este assunto, ver Barel (1973, pp.249-283).

⁷ Torna-se desnecessário repetir a argumentação sobre a evidência de que nenhuma das teorias até hoje formuladas poderá ser apresentada como uma teoria geral da mudança, neste sentido ver Boudon (1979 a. e 1985), Mendras (1983) e Parsons (1982).

BIBLIOGRAFIA

- Yves Barel (1973), *La reproduction sociale. Systemes vivants, invariance et changement*, Anthropos, Paris
Raymond Boudon (1979), *La logique du social. Introduction à l'analyse sociologique*, Hachette, Paris
Raymond Boudon (1979), *Efeitos Perversos e Ordem Social*, Zahar Editores, Rio de Janeiro
Raymond Boudon (1985), *La place du desordre*, Presses Universitaires de France, Paris
Amitai Etzioni (1967), *Organizações Modernas*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo
Alvin Gouldner (1979), *La sociologia actual: renovacion y critica*, Alianza Universidad, Madrid
Henri Mendras (1983), *Le changement social*, Armand Colin, Paris
Robert Merton (1953), *Éléments de méthodes sociologiques*, Plon, Paris
Wilbert Moore (1967), *Order and Change. Essay in Comparative Sociology*, J. Willey & Sons, Inc., Nova Iorque
Robert Nisbet (1979), "El problema del cambio social in R. Nisbet" (1979), *Cambio Social*, Alianza Universidad, Madrid
Talcott Parsons (1974), *La sociedad. Perspectivas evolutivas y comparativas*, Editorial Trillas, México

RISCO, nº 6, Verão de 1987

Assinaturas:

Anual (4 números)

Normal — 1 500\$00

Instituições — 2 500\$00

Estrangeiro

Apoio — 3 000\$00

Estudantes — 1 200\$00

US\$ 20

Considerem-me assinante da revista RISCO,
a partir do n.º

Nome _____

Morada _____

C. Postal _____

Junto envio cheque

vale postal

Recorte e envie para

RISCO

Editorial Fragmentos, Lda.

Rua dos Navegantes, 46, 2.º Esq.

1200 LISBOA

RISCO

a revista de ideias dos anos 80